

PMDB de Veiga, Lucena e Cardoso revê Aliança Democrática com Maciel

por Helena Daltró
de Brasília

A redefinição das bases políticas que sustentam o governo da Aliança Democrática será avaliada hoje pelos líderes do PMDB, Humberto Lucena e Pimenta da Veiga, e do governo do Congresso, Fernando Henrique Cardoso, em almoço com o ministro da Educação, Marco Maciel. "Queremos saber do ministro sua proposta para uma redefinição do pacto político, embora não veja, inicialmente, nenhuma dificuldade em manter acordos feitos", disse o senador Fernando Henrique Cardoso.

Os líderes do PMDB, visivelmente preocupados com o prolongamento da interinidade do presidente José Sarney, acham que, a curto prazo, deve ser mantida a composição do Ministério e defendem que as bases políticas da Aliança Democrática — compostas pelo PMDB e pela Frente Liberal — não podem ser ampliadas para outros partidos, como, por exemplo, o PDS alinhado ao ex-líder Nelson Marchezan.

"O pacto político pode ser estendido, mas o apoio político é coisa perigosa, pois um apoio a mais pode significar um a menos", observou o deputado Pimenta da Veiga, que fez ainda um apelo sobre mudanças nos ministérios, cogitadas por alguns dirigentes partidários: "Não vamos falar em saída de ministros, há muitos problemas que o País precisa enfrentar".

Os espaços políticos a serem conquistados, segundo o líder do PMDB na Câmara, podem ser ocupados em

cargos do segundo escalão do governo.

O leque de apoio ao regime, define o senador Fernando Henrique Cardoso, é que deve ser ampliado, "de PT a PDS", mas a Aliança Democrática, acrescenta, "deve ser mantida como está, pois é ela que dá sustentação básica e forma o eixo fundamental do governo". Os compromissos de Constituinte em 1988, eleições diretas para o próximo presidente da República e definição, pela Constituinte, do tempo de duração do mandato presidencial também devem ser mantidos, conforme os dois líderes.

Esses compromissos, peças-chave do programa de reformas da Aliança Democrática, norteiam o cronograma das mudanças a serem promovidas pelo governo, segundo os líderes, com a ressalva de que deverá preceder a Constituinte uma ampla discussão sobre legislação eleitoral e partidária, sindical e trabalhista. "Não há por que nos apressarmos", disse Fernando Henrique, "pois os compromissos assumidos pelo presidente Tancredo Neves para a convocação da Constituinte implicam amplas negociações entre o Legislativo e o Executivo".

PROGRAMA

Pimenta da Veiga disse que o governo ainda está em fase de diagnóstico de seus problemas para encaminhar soluções adequadas aos diversos setores administrativos. "Não me espanta não termos projeto acabado de governo, estamos abertos à discussão e o programa está em andamento; decisões mais importantes, no entanto, já estão sendo tomadas".